

A RELAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE VENDER NA CONSTRUÇÃO DO TURISMO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: Uma introdução

Ícaro Gil Oliveira de Jesus (UFBA)⁸

Resumo: O misticismo que povoa a cidade de Salvador, sua versatilidade e também sua resiliência, construídos com o passar do tempo por necessidade, agora são imortalizados em obras de Jorge Amado e Dorival Caymmi que até hoje transbordam da fantasia e povoam o imaginário do que é “baiano”. Este imaginário é um dos principais pilares econômicos de Salvador, pois através do turismo a cidade angaria investimento para solidificá-lo, numa relação simbiótica entre o místico e o moderno. O objetivo deste trabalho é explorar e compartilhar entendimentos iniciais sobre uma pesquisa de mestrado em andamento, em seu início. A pesquisa de mestrado é sobre a relação das agências do Estado, comércio de classe alta e o comércio de rua na construção do turismo do centro histórico de Salvador, mas aqui cabe um trabalho já feito sobre a análise sociogenética da região e a exposição de algumas conclusões por entrevistas exploratórias e abertas. A conclusão gira em torno da importância do comércio de rua e sua constituição como “Mercado Contestado”.

Palavras-chave: Turismo de Salvador; Sociologia dos Mercados; Urbanismo, Cultura afro-brasileira.

Abstract: The mysticism that builds the city of Salvador, with versatility and also resilience of the people, made up over time out of necessity, are now immortalized in works by Jorge Amado and Dorival Caymmi that to this day overflow with fantasy the minds of who question “what is to be a Baiano”. This imaginary is one of the main economic pillars of Salvador, as through tourism the city raises investment to solidify it, in a symbiotic relationship between the mystical and the modern. The objective of this work is to explore and share initial understandings about ongoing master's research at its beginning. The master's research is about the relation between State agencies, upper class commerce agency and street commerce agency in the construction of tourism in the historic center of Salvador, but in this article it is possible to present the work already done: the sociogenetic analysis of the region and the exposure of some conclusions through exploratory and open interviews are examples of it. The conclusion revolves around the importance of street commerce and its constitution as a “Contested Market”.

Keywords: Salvador Turismo; Sociology of Markets; Urbanism; Afro Brazilian Culture.

⁸ Mestrando em Ciências Sociais pela UFBA. Contato: icaro.gil.08@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociologia econômica cresce em seu vigor atual questionando como a ciência econômica explica as relações de troca dentro do capitalismo através dos mercados. Karl Polanyi, ao estudar formas de economia fora da sociedade capitalista, percebe que a propensão natural do ser humano ao mercado não existe. As relações econômicas são incrustadas em relações sociais, de modo em que o mercado é uma forma de troca, uma forma específica de relação social.

A alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca é quase que inteiramente apócrifa. A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente. (Polanyi, Karl. A Grande Transformação, p. 63).

A cereja do bolo, para continuar a argumentação de Polanyi, é que as relações humanas não são primariamente motivadas pela economia, e sim por motivos outros. E mais longe ainda, Polanyi afirma que esse sistema de trocas, que é próprio do ocidente, está destruindo a humanidade das pessoas em troca de uma lógica que não condiz com a realidade. Ao invés desses estudos observarem a economia sendo moldada por relações sociais, o que efetivamente é o que acontece, eles criam um modelo de humano (*homo Economicus*) em que sua lógica do dia-a-dia é somente baseada no ganho de lucro, perdendo toda a profundidade das relações sociais por si.

Quando nasce, a economia está preocupada em atender justamente essa nova conformação de trocas que transformava toda realidade vivida no momento. A conformação de mercados na idade média e seu rápido desenvolvimento clamaram por um estudo que entendesse esse novo tipo de troca, que atravessava nações, mares e unificava desejos, através de dominações de espaço ou culturas. Ao passo em que a lógica econômica se solidifica como ciência que justifica a ação do Estado na gerência de seus recursos e, portanto, também das pessoas (em torno do século XVIII com Adam Smith e David Hume), ela posteriormente vai criando um conceito de pessoa para a sociedade em que se está estudando. O desenvolvimento das teorias socialistas complexificou o campo econômico no século XIX e XX, o que gerou uma grande batalha ideológica pelos limites da economia capitalista, contemplada pelos escritos de Rosa Luxemburgo (Rosa Rosa Gomes, 2021). Depois das guerras e durante a “ameaça comunista”, a linha de estudos econômicos que se denominava “Marginalista” ganhou destaque absurdo e é a que mais opera até hoje.

Mark Granovetter busca implementar a discussão teorizando sobre a força dos laços fracos — demonstrando como as relações sociais participam diretamente de escolhas fundamentais de negócios. Basicamente, a teoria procura elucidar a magnitude dos laços fracos dentro de uma rede de laços sociais, de forma a explicar que os laços secundários ou terciários são muito mais importantes dentro das relações econômicas que os laços primários, pois a renovação da rede depende do compartilhamento de informações, requisitos, que só podem ser bem utilizados por pessoas ainda fora daquela rede (já que dentro dessas informações são básicas).

Aprofundando empiricamente, Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de Espaço Social, *Habitus* e Campo social. O espaço social é uma representação abstrata do conjunto de relações entre que compõem determinado assunto, como um mapa, indicando interesses que distanciam ou aproximam determinados agentes, outros assuntos, formas de vida, e outros pontos que interessem esse determinado assunto. Este espaço não necessariamente produz regras sobre si e para aqueles que participam, apenas é mais uma representação em que o pesquisador — ou qualquer outro leitor — conseguiria observar essas proximidades. O espaço social é basicamente um indicador de *habitus*. De acordo com Bourdieu,

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos - ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida. (Bourdieu, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. p. 163).

Estrutura estruturante, pela própria estrutura social impor determinada pressão ao indivíduo ou grupo, o *habitus* também faz parte da estrutura estruturada, pois os indivíduos ou grupos que constroem a sociedade e não são limitados à força da estrutura, capazes de movê-la quando possível.

O curioso é que determinadas partes do espaço social, por terem semelhanças quanto às pessoas que têm interesse por determinado assunto, acabam produzindo *habitus* parecido. Assim, surge um outro conceito, mobilizado pelos pesquisadores para entender um lugar circunscrito ao espaço social: o de campo social. Este conceito é constituído de regras (doxa) próprias, produzidas por agentes que dominam o campo (ortodoxos), mas disputadas por aqueles que buscam entrar ou tomar o lugar dos dominadores do campo (heterodoxos e

dominados). A disputa entre esses dois tipos de agentes, representada pela conquista de capitais (outros além do econômico) que estruturam determinado campo, é o mais importante para observar, pois isso que movimenta o campo, que o desestrutura, que é a base para a produção de regras. Para Bourdieu, os campos são principalmente de dois tipos: cultural e econômico.

O campo econômico é muito especial para Bourdieu porque o rompimento de Polanyi com Marx na questão em que o econômico que movia o mundo — Polanyi diz que a economia é subordinada das ações sociais — faz o autor entender o impacto da ciência econômica para compreender a sociedade (de forma negativa). De acordo com Bourdieu, a linha marginalista de estudos sobre a economia criou uma fantasia no lugar do estudo da realidade social, pois não partia da realidade e sim de indagações e planejamentos somente matemáticos. Fantasia essa que deixava uma lacuna para os estudos do que realmente estava acontecendo no mundo econômico. O campo econômico, portanto, estuda não somente a atuação da ciência econômica como também o que é de seu interesse, mas de forma mais social ou abertamente “antropológica”.

Para romper com o paradigma dominante, que se esforça para atingir o concreto pela combinação de duas abstrações — a teoria do equilíbrio geral e a teoria do agente racional —, é preciso, assumindo a historicidade constitutiva dos agentes e de seu espaço de ação numa visão racionalista ampliada, tentar construir uma definição realista da racionalidade econômica como encontro entre disposições socialmente constituídas (numa relação a um campo) e as estruturas, elas mesmas socialmente constituídas, deste campo. [...] Mais concretamente, são os agentes, isto é, as empresas, definidas pelo volume e a estrutura do capital específico que possuem, que determinam a estrutura do campo e, assim, o estado das forças que se exercem sobre o conjunto (comumente chamado “setor” ou “ramo”) das empresas engajadas na produção de bens semelhantes. As empresas exercem efeitos potenciais que variam em sua intensidade, lei de decréscimo e direção. Elas controlam uma parte do campo (fatia do mercado), tanto maior quanto seu capital for mais importante. (Bourdieu, Pierre. *O Campo Econômico*. p. 23-24).

Além das empresas, sua discussão sobre o neoliberalismo proporciona entender como o Estado dita regras e cria o comércio por si. Assim como a economia é social, o comércio é uma criação principalmente do Estado junto a agentes que querem explorar economicamente determinada área. Este seria, portanto, o facilitador. A ideia de “mão invisível do mercado” que cria demandas e ofertas, que ajusta vontades das pessoas e possibilidade de compra, é uma “fachada” para a atuação direta do Estado dentro das relações econômicas.

Mais do que para qualquer outro mercado, Bourdieu mostra que o Estado determina as regras de funcionamento do mercado da casa própria “por meio de toda uma regulamentação específica que se junta à infra-estrutura jurídica (direito de propriedade, direito comercial, direito do trabalho, direito dos contratos etc.) e à regulamentação geral (controle dos preços, enquadramento do crédito etc.)” (Idem, p.

116)18. A intervenção do Estado no campo econômico exerce-se, portanto, essencialmente por meio do direito. (RAUD, Cecile. Bourdieu e a nova sociologia, p. 214).

Claro que o impacto do capitalismo já estava claro para os autores anteriores, mas Bourdieu analisa que ao passo em que a economia é intrinsecamente associada à vida social, a razão econômica de números e estatísticas que não refletem diretamente a realidade, mas uma esperança dos economistas de como a sociedade deveria se comportar, tornando uma parte do uso desses dados mais um argumento do que um fato. A Sociologia Econômica, portanto, aparece como alternativa para entender o mercado, diferente da ciência econômica.

Herdando e participando desta discussão de teoria econômica, Philippe Steiner aparece para aprofundar as análises dos mercados. Partindo do ponto em que Bourdieu demonstra a relação entre os mercados e o Estado, o autor investiga como o Estado produz o mercado e quais são os tipos dessas relações. Dentre sua bibliografia, a análise sobre mercados contestados é de fato um dos pontos principais para desenvolver este trabalho.

Para Steiner, todo mercado está intrinsecamente associado ao Estado, direta ou indiretamente, e especialmente aqueles mercados que não são moralmente ou legislativamente permitidos. Estes também possuem seus tipos de regulações e conformações que, ao mesmo tempo, dificultam o mercado de agir, também criam seu lugar, seus códigos, sua forma de existir.

¿Es susceptible el mercado a un enfoque moral? La respuesta más común explica que el intercambio mercantil contiene su propia norma —la utilidad o la eficiencia—sin hacer referencia a ninguna norma moral. Este argumento se puede encontrar tanto entre economistas cuando se preocupan por defender la autonomía de su saber y de sus propuestas, como así también entre sus adversarios, como cuando, bajo la lógica de la reflexión de Karl Polanyi, el sistema de mercados se describe como autorregulador (1982). Un encuentro entre la moral y la economía mercantil considerada como amoral es ciertamente posible, pero es concebido como el choque de dos mundos extraños. Una segunda respuesta es, sin embargo, factible: la actividad mercantil y el discurso económico producen y justifican un orden moral específico, una forma de grandeza tal como la entiende la economía de las convenciones. (STEINER, Philippe, TRESPEUCH, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. p 137).

E é nessa área, nessa chave analítica, em que este trabalho está inserido. Partindo do ponto da cidade de Salvador, seu misticismo, sua versatilidade e também sua resiliência, construídos com o passar do tempo por necessidade, agora são imortalizados em obras de Jorge Amado e Dorival Caymmi que até hoje transbordam da fantasia e povoam o imaginário do que é “baiano”. Este imaginário é um dos seus principais pilares econômicos, pois através do turismo a cidade angaria investimento para solidificá-lo, numa relação simbiótica entre o

místico e o moderno. O mercado turístico é constituído principalmente por três esferas: a atuação do Estado, que gere o território, promovendo viabilidade para que os comércios existam e se mantenham; a atuação dos grandes capitais privados do turismo, como redes hoteleiras, promotores de eventos ou empresas gestoras de turismo; e o comércio de rua, crucial para a construção da imagem simbólica de Bahia e para a existência das pessoas que moram na região.

Este é um pedaço de um projeto de mestrado em andamento, com análises incipientes sobre as repercussões das transformações no turismo do Centro Antigo de Salvador e as práticas socioeconômicas de agentes tradicionais e novos investidos neste espaço. É uma construção histórico-simbólica do turismo de Salvador e uma análise da relação entre os três componentes que constituem o espaço social do turismo do centro antigo de Salvador hoje. Aqui está uma parte da análise histórico-simbólica do assunto, aplicações de campo e funcionamento desta economia hoje, além de um pouco dos seus impactos para Salvador e para a sua população.

2 PARTE HISTÓRICO-SIMBÓLICA

Assim como bem fala Polanyi em seu livro, ao estudar a história, não se procura apenas constatar a história ou o próprio passado, mas “com o único objetivo de lançar luz sobre assuntos do presente”. A historicização dos objetivos de pesquisa é um assunto muito importante para o estudo da sociologia econômica, pois não basta caracterizar os agentes no espaço, mas principalmente investigar suas disposições, seus interesses e os dilemas que, com o tempo, proporcionou mudanças que agora são traços inegáveis. Assim, como este trabalho possui um apelo muito forte econômico e cultural, também será necessário voltar um pouco ao passado para que se possa compreender melhor o presente.

Primeira capital do que viria a ser Brasil, Salvador foi criada como uma fortaleza para defender os interesses da monarquia portuguesa e fez parte do centro dos interesses de Portugal por um período longo, seja por sua importância administrativa ou por ser um dos maiores portos de escravizados do mundo. Apesar de perder prestígio durante o século XVIII, perdendo o posto de capital para o Rio de Janeiro, Salvador sempre foi singular em questão de transformação, principalmente durante o século XIX. Este século foi marcado por grandes mudanças que geraram consequências muito fortes para Salvador. A abertura dos portos, vinda e possibilidade de comércio com estrangeiros (majoritariamente portugueses e ingleses), proibição do tráfico de escravos e, posteriormente juntamente com diversas leis que a atenuavam, a abolição da escravatura.

O Largo do Pelourinho (oficialmente Praça José de Alencar) foi, entre 1808 e 1835, o pilar onde eram supliciados os escravos pela justiça. Durante a maior parte do século XIX, essa área da Cidade Alta foi local de moradia dos senhores de engenho, desembargadores e grandes negociantes (cf. Mattoso de Queirós, 1992). A partir de meados daquele século, iniciou-se o deslocamento da alta classe da cidade para a zona sul (especialmente para o bairro da Graça e Corredor da Vitória), o que fez com que a área passasse, paulatinamente, a ser local de moradia dos setores mais baixos da escala social. [...] O Centro Histórico de Salvador, assim, foi sendo abandonado pelas classes privilegiadas que ali moraram, sem, no entanto, sofrer grandes mutilações ou ataques ao patrimônio arquitetônico nele localizado, dada a falta de recurso da cidade, consequência de sua posição periférica em relação aos grandes centros do país (Rio de Janeiro e São Paulo).

A tomada do centro histórico pela população preta e mais pobre não foi de supetão. Há séculos não somente os ricos e brancos moravam na região, mas principalmente os pobres e os pretos. O século XIX também foi marcado por algo bastante singular: o “ganho” ou o “mercar”. Homens e principalmente mulheres pretas trabalhavam extra nas ruas de Salvador ganhando dinheiro que seus patrões permitiam que guardassem uma parte para eles.

A pequena produção desses pomares era comercializada nas chamadas “quitandas”. Estas quitandas eram localizadas em diversos pontos da cidade, como no bairro da Praia, no Terreiro de Jesus e em São Bento, e eram o destino natural da população da cidade quando o assunto era comprar o que comer, cabendo ressaltar que, na maior parte delas, as comerciantes eram mulheres negras. E como a cidade não possuía alternativas de trabalho, o comércio de rua passou a permitir a manutenção e sobrevivência de uma parte da população (Mattoso, 1978). Ainda no que se refere ao ato de comer e ao ato de mercar, também circulavam pelas ruas da cidade diversos “vendedores ambulantes” negros e negras, ofertando comidas como mocotó, caruru, mingau, doces diversos, acaças e acarajé, entre outros pratos, feitos por negras livres e escravizadas, que vendiam para si e para seus senhores, saciando a fome de trabalhadores e passantes. A quitanda e a venda ambulante faziam parte de um comércio bastante similar, que integravam o “pulsar” das ruas da cidade. (Souza, Adriana França. *Tabuleiros e Negociações: negras e mestiças nas ruas de Salvador*. p. 24).

Quituteiras, lavadeiras, ganhadeiras tomavam as ruas de Salvador, criando um circuito de vendas já lucrativo naquela época. Conforme essas mulheres ganhavam maior liberdade financeira, seus negócios cresciam e isso é perceptível em posturas da época, que citavam tabuleiros com mais de 6 mulheres e adolescentes trabalhando, por exemplo. Crescimento econômico esse inclusive contemplado pelas famosas “jóias de crioulas”, belos artigos portados por mulheres pretas que indicavam prestígio dessas na época, mas também com significado religioso. O “Ganho” atravessou décadas, séculos e possui relevância até hoje nos movimentos econômicos do centro de Salvador.

Continuando a história, como já foi dito antes, uma das atividades mais lucrativas de Salvador eram seus portos, que principalmente negociavam pessoas escravizadas. Ao passo em que o tráfico de navios negreiros foi impossibilitado pela Lei Eusébio de Queiroz, as atividades

econômicas de Salvador caíram muito, tornando a cidade refém da exportação da produção extrativista do interior do Estado e dos negócios que se acordavam em seus portos. O Centro da Cidade, que continuava sendo o centro econômico e administrativo, era considerado cada vez mais impugnado pelas elites, que, depois de epidemias que assolaram a cidade e também por conta da grande população preta que existia ali, abominavam a região — situação que perdurou por décadas. Grandes reformas acometeram a cidade, como o primeiro aterramento da cidade baixa e a criação do bondinho, e a própria população de Salvador cresceu enormemente, transformando a cidade mesmo sem maiores investimentos federais ou externos. A economia de Salvador, num resumo, esfriou.

Após alguns parques desembarques de africanos, em pontos afastados dos principais portos brasileiros, o “tráfico culpado” cedeu lugar ao “comércio inocente” de azeite de dendê, palha da Costa, sabão da Costa e outros gêneros. O porto de Salvador que, até então, supria satisfatoriamente as necessidades da economia local, ia gradualmente tornando-se obsoleto para atender à crescente frota de navios a vapor que chegava à cidade. (Santos, Flávio Gonçalves dos. Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937. p. 26).

Na década de 1950 há uma mudança nisso. A atuação política do Brasil no mundo internacional desfavorecia o mercado extrativista que segurava o estado da Bahia no momento. A economia da Bahia se encontrou em xeque quanto teve que disputar com parceiros econômicos e culturais de tanto tempo: os países de África. A relação entre o continente africano e o Brasil sempre foi muito próxima, especialmente na economia. No século XIX os soteropolitanos tinham um trânsito de objetos litúrgicos diretamente de África através dos navios negreiros (Gonçalves Dos Santos, 2013), em meados de 1930 lançava-se pretextos para a criação do mito de democracia racial, juntamente com a vinda de teóricos especializados para entender essa “singularidade” brasileira. Em 1950-1960, os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros estavam estreitando os laços com os países de uma África em guerra por liberdade, ao mesmo tempo que competiam pelo mesmo mercado de itens de primeiro setor.

Se, no início dos anos sessenta, surge uma proposta de uma “aliança do cacau”, visto que o produto brasileiro entrava em crise de exportação, no final dessa década, a produção e exportação do cacau constituíam o que se poderia chamar de ponto suscetível nas relações entre o governo brasileiro e países africanos. Nesse clima de concorrência surgem críticas, deveras irônicas, das elites baianas, inclusas aquelas produtoras de cacau, e da imprensa para com o governo brasileiro e os países africanos.[...] E se esse fato se manifesta no discurso das elites produtoras de cacau, também aparece no discurso das elites políticas baianas [...] (Santos, Jocélio. O poder da cultura e a cultura no poder. p. 37-38).

Ao mesmo tempo, Salvador, mergulhada na estagnação econômica e o governo da Bahia, temendo quebrar economicamente, apoiam-se de financiamentos federais que previam o desenvolvimento da Bahia e do Nordeste, como a vinda da Petrobrás. A cidade de Salvador começou a planejar propostas de investimento e uma delas que parecia muito consistente na época era o mercado turístico. Salvador, então, se reformou para conseguir adentrar nesse jogo de “lugar turístico”: novas avenidas, construções de túneis, integração maior do centro da cidade com outras partes que ela não tinha tanto contato antes. O turismo já existia na região, mas de forma muito incipiente.

A primeira onda de turismo em Salvador data na criação pela Prefeitura de Salvador da Secção de Turismo no Arquivo Público de Salvador, em meados da década de 1930. Em meio a um mundo em guerra, uma Europa conflituosa e cada vez mais destruída e uma flexibilização cada vez maior do trabalho, o turismo nasce como forma a dar descanso ao trabalhador (turismo de massa) e também para apresentar o “pré-moderno” ou “pitoresco” às elites do norte global, horrificadas com as guerras (Kelsch, 2018). No entanto, carecendo de maior investimento infraestrutural ou de planejamento mais robusto, o turismo de Salvador era muito novo e pouco utilizado.

Nesse momento, na incipiente indústria do turismo não havia ainda a preocupação com a construção de uma imagem turística da cidade. Somente em 1952, a prefeitura municipal veicula o Roteiro turístico da cidade do Salvador, o primeiro material institucional produzido para a atividade turística, que começa a se dinamizar a partir do meado dos anos cinqüenta. Em 1955, Salvador sedia o III Congresso Nacional de Turismo e a Diretoria Municipal de Turismo lança o primeiro Plano Diretor de Turismo do país. Algumas estratégias desse Plano indicam uma intenção de construir uma imagem para a cidade. (Guerreiro, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. p. 8).

No planejamento do turismo há também um encontro de interesses entre os intelectuais e o Estado. Enquanto que os intelectuais da época estavam estudando a “gloriosa” democracia racial, e tentando comprová-la, o Estado brasileiro estava transformando aspectos culturais de matriz africana como parte da identidade nacional. Além dessa ação em conjunto, autores como Jorge Amado e Dorival Caymmi, o fotógrafo Pierre Verger, o multiartista Carybé, e outros artistas da época, importaram a imagem e a descrição da Bahia para o mundo. Criando, assim, uma tríplice para constituir o significado simbólico de Salvador, não para somente justificar a desigualdade social que estaria “amenizada” pelo mito do pacto racial, mas também para fazer da cidade uma mercadoria. Assim, diversas manifestações culturais e simbólicas se tornaram muito maiores do que eram e novas também surgiram com o apoio do Estado. O Ilê Aiyê no Curuzu, posteriormente o Olodum no Centro, as estátuas de Félix Sampaio e Tati Moreno no

Dique do Tororó, o tombamento dos terreiros Casa Branca (Ilê Àṣẹ̀ Ìyá Nassô Ọ̀ka) e o terreiro de Gantois (Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê), a sereia de Itapuã, a cruz caída, entre outros.

É importante deixar registrado que essa valorização sempre foi paradoxal. Simultaneamente ao se valorizar a cultura de matriz africana e introduzir a ideia que Salvador é uma cidade mística parada no tempo, a modernização da cidade adentra e transforma tanto os lugares quanto as pessoas. Enquanto se vende a espiritualidade e o místico, Salvador continua se transformando e cada vez mais se industrializando. Mesmo que a religião de matriz africana ainda fosse considerada pelas elites baianas como “religião de preto” e criminoso (SANTOS, 2005), ainda assim esse esforço foi muito importante para a posição de destaque dessa cultura dentro da sociedade baiana, de forma a assumir e demonstrar ser parte principal do desenvolvimento soteropolitano.

Também é importante notar que, apesar de já existir lei coibindo o racismo de acontecer, ainda assim existiam diversas situações racistas dentro da sociedade daquela época. Questões que foram escancaradas aos estudantes de África que vieram estudar em Salvador, questões que são comprovadas em manchetes e atas discutidas em jornais, questões que mostram que o sentimento de repulsa criado no século passado pela região do Centro ainda persistia — devido justamente à população que supostamente lá vivia: “pretos, prostitutas, bêbados e homossexuais”. Acontece, portanto, um processo de descentralização de Salvador durante a Ditadura Militar. Constrói-se o CAB (Centro Administrativo da Bahia) longe do Centro da cidade, o terminal rodoviário do Iguatemi, também relativamente distante, Centro Industrial de Aratu (CIA) bem longe do centro (devido à geografia da cidade) e também os portos de Aratu, reforma a cidade baixa para poder se transitar sem ir para a cidade alta, um bairro completamente planejado para as elites da época (Pituba), etc. A área do centro, por fim, começou a se tornar verdadeiramente “marginal”.

O resultado da descentralização foi um processo de marginalização e deterioração do Centro Histórico, ao que foi somada uma intensa campanha pública que o associava com a pobreza, a marginalidade e a prostituição. O preconceito foi fundamentalmente veiculado pela mídia (sobretudo jornais) que, no final da década de 60, descrevia essa área como um lugar de ruínas, vadiagem, desordem, ruas de marginais, como a “*parte negra da cidade*” (Carvalho Santos Neto, 1991). Como Gey Espinheira (1989) provou, a prostituição ocupava 40% da população do Maciel, em 1970, mas só 3% da população em 1983. Assim, conforme salientam Simões e Moura (1985: 44) “*o ‘pecado’ maior do Maciel não é a prostituição ou o vício, mas a pobreza, que ocupa o espaço que o grande capital quer tomar*”. (Uriarte, Urpi. *Intervenções recentes em Centros Históricos: as políticas de “Recuperação” dos centros históricos de Salvador, Lima e Quito.* p. 76).

Então acontece um dos maiores marcos atuais da cidade de Salvador: a reforma do centro histórico de 1992. Em 1985, a UNESCO (Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) tomba o centro histórico, proporcionando maior investimento para a preservação e cuidado da região. Com este investimento, juntamente com o dinheiro que o governo ganharia vendendo as casas absorvidas, o governador da Bahia na época, Antônio Carlos Magalhães, realizou uma grande reforma do centro histórico com o objetivo justamente de revitalizar e reestruturar a área, já considerada degradada. A obra se dividiu em sete etapas, cada etapa cobriria uma parte da região: primeiro foi o Pelourinho, parte do Taboão e Baixa dos Sapateiros, seguindo para o começo do Carmo, terceira etapa foi a continuação da primeira na ponta da Baixa dos Sapateiros, a quarta parte foi a região do Terreiro de Jesus, quinta e sexta parte cuidaram da Praça da Sé e do entorno da Ladeira do Carmo. A sétima etapa, que representa uma parte majoritariamente residencial entre a Baixa dos Sapateiros e o Palácio da Prefeitura, não foi completada devido à “falta de dinheiro” do governo e por um acordo que os moradores forjaram entre si e com o próprio governo.

O Programa tinha por objetivo, segundo o discurso oficial, a revitalização e reestruturação urbana, criando um centro de atração turística e de atividades de lazer e diversão. Esta inclusão do Pelourinho no projeto turístico fez com que obras de restauro e reabilitação dos edifícios históricos fossem iniciadas, modificando as dinâmicas anteriores que ali ocorriam, introduzindo novos usos e contra-usos na área gerados pelas novas relações entre a atividade turística e a atividade cotidiana. (Braga, Paula; Junior, Wilson. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. p. 24).

Durante essa reforma, estima-se que mais de 90% da população que morava nessa região foi expulsa de diversas formas. O povo do Centro Histórico sobreviveu sempre como pôde, passando por movimentos, manifestações e greves, sofrendo em parte pelo descaso do Estado e em parte pela exclusão ou expulsão ativa que o Estado promoveu e promove até hoje, seja com o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional) e o IPAC (Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) demarcando casas e retirando as famílias dos lugares, seja com violência policial direta contra a população de rua e seus mercados (Urpi, 1999). O fato do envolvimento dos mercados de especulação imobiliária torna toda questão de requalificação urbana em xeque, considerando o porquê ou como está acontecendo essa requalificação e essas reformas produzidas pelos IPHAN, IPAC e Conder (Companhia de Desenvolvimento da Bahia).

As pessoas que resistiram na região, muitas delas concentradas na sétima etapa, mas somadas com outras partes vizinhas, como a Ladeira da Preguiça ou a Gamboa, tinham sua

forma de sustento com o próprio “ganho” ou “mercar”, herdado por gerações que ainda movia as ruas e as pessoas da região. Ao passo em que as ruas mudam, que as pessoas saem da região, e novas formas de economia adentram a região pelo turismo, o que já existia sofre com a mudança e cria mecanismos para continuar pertencendo e resistindo na região. Quando o Estado torna o comércio de rua informal, obrigando os trabalhadores já marginalizados pela mídia e pelo próprio Estado a ou saírem da região (tomada por mercados que não os contratam) para trabalhar, ou trabalharem informalmente, este tipo de comércio se adequa aos parâmetros de Steiner como contestado.

Essa dialética é suportada pelo Estado nos dois lados: pela negociação e revitalização do centro para encaixar esses novos mercados turísticos, mas ao mesmo tempo, seja para manter a ideia de “Bahia negra” ou para realmente embasar essa resistência dos mercados populares de rua, o Estado cria cursos, abre atividades, investe em editais para festas populares criadas pela própria população. A mesma mão do Estado que legisla impedindo o comércio informal de rua de permanecer em determinado lugar na área do centro é a mão que saúda a cultura de matriz africana dentro do centro. A mesma mão que expulsa a população de várias formas diferentes de suas casas é a mão que apoia as baianas de acarajé pela cidade. O que gera um questionamento quanto à relação entre esses três agentes: os mercados privados que adentram a região, os comerciantes de rua e a múltipla atuação do Estado.

Atualmente, no entanto, o turismo de Salvador ganhou uma nova roupagem. Se antes a religião e cultura afro-baiana que as elites suportavam eram o destaque para a produção da imagem do turismo de Salvador, agora a própria pessoa preta e suas diversas produções, consideradas marginais, começam a compor esse significado por completo. Seja na música, com o pagodão baiano, seja na arquitetura dos bairros periféricos ou até mesmo em sua história, seja na culinária de casa de família ou até mesmo nas roupas e forma de falar. Este assunto requer uma observação mais profunda, a qual não será possível realizar no mestrado devido ao tempo escasso.

3 SOBRE OS AGENTES HOJE NO CAMPO E O FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA TURÍSTICA NA REGIÃO

Por esta pesquisa ainda estar em andamento, a pesquisa de campo ainda é incipiente. O que será disposto neste subcapítulo serão análises de uma pesquisa de campo exploratória realizada entre os anos de 2023 e 2024, com uma caracterização de agentes principais envolvidos no planejamento da região e alguns fatos a os acometem.

Como a região possuiu e possui diversos conflitos, que mobilizam os moradores a ocupar casas, transformando ela de forma urbana e comercialmente, as organizações de moradores devem ser contempladas neste trabalho. São essas lideranças que lutam para viver e permanecer morando, andando e trabalhando no Centro Antigo. Elas são a parte principal que praticam ainda hoje o “mercar” e entendem como funcionam diferentes tipos de comércio dentro do lugar, como também participam. Portanto, ao entender o peso de trabalhar para se manter no lugar, as lideranças também lutam pela oportunidade de trabalho – e observam de perto as mudanças que acontecem. A verdade é que essas mulheres conhecem a história e a cultura da região porque vivem ela.

Elas, no entanto, não representam todos os trabalhadores, que advêm de diversas partes dessa região em busca de diversas formas de ganhar dinheiro. As ruas sempre foram de extrema importância para a produção da economia da região, de maneira em que a legislação chegou muito depois do próprio uso das ruas pelos moradores. De acordo com Philippe Steiner e Marie Trespeuch, no entanto,

La estrategia de investigación seguida aquí es diferente: en lugar de investigar las modalidades de acuerdo interpersonal entre los participantes de transacciones íntimas, se trata de dar cuenta de los dispositivos mercantiles que hacen posibles esas transacciones. En lugar de ver un continuum entre los mercados legales e ilegales, el enfoque de los mercados cuestionados mantiene la especificidad del mercado en el sentido legal del término para examinar la manera en que los mercados dan lugar a los cuestionamientos morales. Las formas ilegales de transacciones son, sin duda, arenas sociales en las que las transacciones tienen lugar, pero estas últimas no están regidas por una “lucha formalmente pacífica”, para emplear los términos a través de los cuales Max Weber caracterizó la competencia (Steiner, Philippe, TRESPEUCH, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. p 136).

Logo, para investigar esse tipo de mercado, é necessário entender como ele se mantém e o que mantém ele vivo. Mais do que isso, até: existe uma forma de permanência deste mercado no espaço porque há a possibilidade dele existir. Mesmo quando as regras o constroem, ele cria suas próprias regras. Um exemplo muito claro disso é a reação dos comerciantes de rua à lei que permite apenas credenciados a ter uma barraca ou comércio fixo na região do centro. Para burlar esse sistema, que é comentado ser muito difícil de integrar, os vendedores colocam seus produtos em lugares móveis, como pequenas carroças. Assim, eles se movem quando quiserem, rodando a região ou fugindo quando necessário, e não precisam do credenciamento do governo.

O mais curioso desta situação entre mercados de rua e mercados mais chiques é que eles, apesar de competirem entre si pelo território e pelos consumidores, possuem dinâmicas

diferentes e ocupam lugares diferentes, compondo não dois lados de uma moeda, mas duas moedas. Interagindo com um fluxo contínuo e atendendo a demandas diferentes. Os autores anteriores também comentam um pouco sobre esse tipo de relação.

No obstante, las posturas no son simples ni fijas: al mismo tiempo que se despliegan controversias a propósito de esos mercados, a veces se observan alianzas inesperadas entre categorías de actores cuyos intereses y valores pueden parecer irreconciliables a priori. Esto todavía se debe a los efectos anticipados, en particular económicos, que suscita la creación de esos mercados específicos. Así, entre las alianzas originales veremos a los pescadores de salmón adoptar las posiciones ecológicas de una ONG para contrarrestar la comercialización de salmones transgénicos y la competencia potencial que ello representa, o bien, en 1975, al ala progresista del gobierno de Giscard D'Estaing defender, junto a los realizadores y productores de cine pornográfico, la difusión libre de esas películas, para gran disgusto de diputados más conservadores y de agrupaciones feministas. Los registros de impugnación se desplazan y las posiciones evolucionan entonces a favor de estas alianzas (permanentes o circunstanciales), con opositores al mercado que a veces incluso contribuyen a la definición de un compromiso mercantil aceptable (Steiner, Philippe, Trespeuch, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. p 139).

Os agentes estatais consistem no aparato turístico que permeia a região, desde a parte legislativa que delimita as regras sobre o comércio legal e ilegal, passando pelas revitalizações e reformas do centro relacionadas a acordos entre o público e privado, até a produção ideológica, física e econômica do centro. Estes são: Secretaria de Turismo e Secretaria de cultura, Secretaria de desenvolvimento, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IPAC (Instituto do Patrimônio artístico e Cultural da Bahia), Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia), Fundação Mário Leal, produções acadêmicas e de gerência da faculdade de Arquitetura da UFBA, SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), editais de intervenção cultural planejados por instituições próximas do centro, atuação policial e eventos filiados a estes. A agência do Estado, por se tratar de múltiplas visões e fatos, acaba por também tocar em múltiplos fatores, mas o mais interessante é que são eles que mantêm os mercados vivos, mesmo dentro de tantos conflitos.

A agência do Estado cai como uma luva, avaliando determinados agentes e gerindo o campo para que a disputa possa existir, claro, sob uma vantagem dos mercados que eles mesmos dão maior possibilidade de agir porque também geram mais dinheiro.

Sem perder o foco também da produção simbólica da região e sua relação com o comércio. Devido à pandemia, há um impulso muito grande do turismo. Salvador em 2024 conseguiu números históricos de arrecadação e vinda de turistas durante o verão (Janeiro-Março). Tornou-se o lugar mais procurado por turistas brasileiros e um dos mais procurados por turistas internacionais. Pessoas entrevistadas indicam que essa explosão modificou o

turismo da região: enquanto que antes estava sendo algo mais religioso e espiritual, hoje as festas e o fervo são o tema principal da vinda dos turistas, o que faz também o Estado transformar a região para o mercado de eventos. Largos públicos que antes ao tocar uma banda cobravam apenas sua manutenção, agora cobram para artistas de impacto nacional. Palcos são montados na ladeira íngreme do Pelourinho, o que faz outras pessoas que consumiam o turismo anterior e também os comerciantes já acostumados com um espaço mais vazio, se questionarem sobre a viabilidade e também o porquê da mudança.

4 CONCLUSÃO

Novamente ressaltando, este é um trabalho que antecede uma pesquisa de mestrado ainda em seu início. Ainda assim, pode-se concluir determinações interessantes com os dados já coletados.

Primeiro, apesar de moderna, Salvador continua sendo mística. Entre mundos e muros de muitas cidades dentro de uma. Guardando múltiplos significados para ela mesma e para seu povo, estes independentes de uma criação teórica ou de propaganda, Salvador ainda reinventa sua identidade independentemente e o turismo de Salvador acompanha essa produção, querendo capitalizar um potencial crescente de pura cultura e desenvolvimento contínuo.

O turismo de Salvador possuiu duas fases: primeiro a pré-planejamento do espaço, onde Salvador se transformava lentamente, ainda na estagnação econômica. Depois planeja-se o turismo cultural de Salvador, onde já se constitui uma imagem simbólica e um caminho demarcado para o turismo. Conforme o tempo passou, a cidade ficou cada vez mais turística, como novas atrações, novos investimentos, novos eventos e novos usos do solo. O turismo hoje já está muito diferente do que foi em princípios de seu planejamento, diferente o suficiente para pensar sobre um turismo novo em Salvador.

O comércio de rua é um comércio contestado, de forma em que a marginalização impacta negativamente a moral. Esse impacto foi forte o suficiente para que o comércio de rua fosse proibido sem um credenciamento. O credenciamento é difícil de conseguir, o que obriga muitos comerciantes a continuarem ilegais. Por mais que haja uma ação muito forte da SEMOP (Secretaria Municipal da Ordem Pública) em constranger esses mercados no centro, em períodos de festa, eles não são estrangulados. Moradores, inclusive, montam seus próprios negócios na frente de suas casas.

Para concluir esta análise é necessário maior estudo, mas há indicações que a relação entre esses três agentes é de disputa constante por espaço e por voz, mas ao mesmo tempo eles se mantêm num fluxo contínuo.

REFERÊNCIAS

RAUD, Cécile. *Bourdieu e a nova sociologia econômica*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 203-232, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ts/article/view/16703>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. EDUFBA. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523208950>>. Acesso em: 19 de set. de 2024.

PIMENTEL, Thiago Duarte. *O Campo Turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação*. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2020. DOI: 10.34019/2448-198X.2020.v6.33132. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/33132>> . Acesso em: 20 de set. de 2024.

URIARTE, Urpi Montoya. *Intervenções recentes em centros históricos: as políticas de "recuperação" dos centros históricos de Salvador, Lima e Quito*. CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). Salvador, 2003.

PINHO, Osmundo Santos de Araújo. "A BAHIA NO FUNDAMENTAL": Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 13, Nº36. São Paulo, 1996.

SOUZA, Adriana França. *Tabuleiros e Negociações: negras e mestiças nas ruas de Salvador*. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15674>>. Acesso em: 23 set. 2024.

STEINER, Philippe; TRESPEUCH, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. *Revista de Estudios Sociales*, [S. l.], n. 84, p. 133–147, 2023. DOI: [10.7440/res84.2023.08](https://doi.org/10.7440/res84.2023.08). Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/7963>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. 2º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MONTEIRO, Cristiano; LIMA, Raphael. Embeddedness e disembeddedness na sociologia econômica em três tempos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 43–67, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11i1>. Acesso em: 28 nov. 2024

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 135-151, 2014.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L.. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 481–504, set. 2012.

SIMMEL, Georg. “O dinheiro na cultura moderna” [1896]. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998.

LIMA, Márcia. “O uso da entrevista na pesquisa empírica”. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, p. 24-41, 2016.

_____. Intervenções recentes em Centros Históricos: as políticas de recuperação dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito. *CADERNOS DO CEAS*, Salvador, v. 208, p. 73-92, 2003.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território*. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016. 83 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22051>. Acesso em: 30/09/2023.

MARTINELLO, A. S. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p. *Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 212–215, 2011. DOI: 10.22228/rtf.v4i2.115. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/115>. Acesso em: 1 out. 2023.

PINHO, Osmundo. “Perspectivas sobre a produção da “cultura baiana””. XXII Reunião brasileira de antropologia, Brasília, 2000. *Economia e Cultura do Candomblé: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937*.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. Editora da UESC. 2013.

ARANTES, Rafael. GALVÃO, Carla. Poder político e desenvolvimento urbano em Salvador: tendências das últimas décadas. *Ediciones Complutenses: Revista de estudios sobre espacio y poder*. 2020.

REZENDE, Renato. Joias de crioula – outras inserções em circuitos ideológicos. *Revista Poiésis*, n. 26, p. 221-234, dez. 2015.

BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. *Revista Risco*, São Carlos, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art03_risco10.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

SALVADOR. Decreto nº 12.016, de 8 de junho de 1998. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 1998. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1998/1201/12016>. Acesso em: 28 nov. 2024.

STEINER, P. Le don conteste. In: STEINER, P.; TRESPEUCH, M. (ed). *Marchés conteste: quand le marché rencontre la morale*. Toulouse: Presses universitaires de Toulouse, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. *Fraude capitalista e outros escritos*. Organização, apresentação e tradução de Rosa Rosa Gomes. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2021. (Coleção Clássicos Rebeldes; 1).

GUERREIRO, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, ano 6, n. 11, jan./jun. 2005.

KELSCH, Leonardo Teixeira. *Turismo em Salvador na Era Vargas: a trajetória das políticas de inserção e promoção da atividade na cidade da Bahia entre os anos 1930 e 1945*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BOUDIEU, Pierre. O Campo Econômico. *Revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 119, tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi, set de 1997.